

Histórias narradas em mídias: disputas de representação do passado indígena em ambientes digitais

Media narrated stories:
representation disputes of indigenous past in digital environments

Sílvia Letícia Bezerra Santos

Mestranda em Ciências Sociais

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

silvialeticiahist0@gmail.com

Recebido em: 16/11/2020

Aprovado em: 28/12/2020

Resumo: O presente trabalho aborda disputas de narrativas históricas concernentes aos povos indígenas, especialmente em mídias nos ambientes digitais. Com enfoque em diferentes formas de representação do passado desses povos, problematizam-se permanências e mudanças de narrativas coloniais e decoloniais em tensão nesses meios. Para tanto, analisamos narrativas em mídias institucionais, como na página oficial da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); em mídias alternativas, como no site da “Mídia Índia”; e em outros tipos de mídias que colocam em cena a comunidade indígena do Amarelão, no Rio Grande do Norte, com destaque para o “ciberativismo indígena”. Os diálogos teóricos transitam entre a “História da Mídia”, as “Epistemologias do Sul” e a “Cibercultura”, com uso metodológico da “Netnografia” que privilegia análise conjunta de textos e imagens. As reflexões têm apontado que repensar essas histórias em mídias digitais é um dos modos significativos de vislumbrar outros tipos de conhecimento sobre o passado indígena.

Palavras-Chave: Narrativas Históricas; Mídias; Indígenas.

Abstract: This paper addresses disputes of historical narratives concerning indigenous folk, particularly in media in digital environments. With a focus on different forms of representation of the peoples past, problematic permanences and changes in colonial and decolonial narratives are under tension in these media. Therefore, we analyze narratives in institutional media, as on the official page of the Fundação Nacional do Índio (FUNAI); in alternative media, as on the “Mídia Índia” website; and in others types of media that focus on the indigenous community of Amarelão, in Rio Grande do Norte, highlighting the “indigenous cyberactivism”. The theoretical dialogues transit between the “Media History”, the “South Epistemology” and the “Cyberculture”, with the methodological use of the “Netnography” that privileges the joint analysis of texts and images. The

reflections pointed that rethinking those histories on digital media it's a significant way to glimpse another forms of knowledge about the indigenous past.

Keywords: Historical Narratives; Media; Indigenous.

Introdução

A cultura da mídia também fornece o material com que muitas pessoas constroem o seu senso de classe, de etnia e raça, de nacionalidade, de sexualidade, de “nós” e “eles” (KELLNER, 2001, p. 09).

As narrativas socialmente construídas sobre os indígenas são amplamente marcadas por estigmas e estereótipos que reforçam a ideia de atraso. Os preconceitos referentes ao passado indígena vão desde as representações na mídia até o lugar que ocupam na escrita tradicional da história da nação, o que indica a necessidade de pautarmos novas visões de história. É fundamental, portanto, salientar a importância de se discutir também os meios que questionam essa maneira estigmatizada como os indígenas são vistos e evidenciam a valorização de diversos grupos étnicos no Brasil. Trabalhar estes aspectos a partir da mídia pode ser um caminho instigante, sobretudo na observação de distintas formas de ser, viver e estar no mundo que a questão indígena suscita.¹

As histórias de disputas em torno de representações do passado indígena já foram abordadas de muitas formas. O que faremos neste texto, de modo particular, é trazer algumas notas de abordagem sobre as mídias com foco em ambientes digitais em que se problematizam as disputas em narrativas históricas sobre o passado indígena, transitando teoricamente entre a “História da Mídia”, as “Epistemologias do Sul” e a “Cibercultura”, com atenção à “Netnografia”. Em relação aos escritos sobre a história social da mídia, Asa Briggs e Peter Burke (2002) abordam a importância de “trazer a história para o interior da mídia, e a mídia para dentro da história”. Entre estes meios, incluem-se objetos variados, tais como “à comunicação de informação, entretenimento e ideias, sob a forma de palavras e imagens, por meio de fala, escrita, publicações, rádio, televisão e, mais recentemente, da Internet” (BRIGGS; BURKE, 2002, p.11). Por isso mesmo, os autores apontam como aqueles que trabalham a partir da “comunicação e com os estudos culturais precisam levar em

¹ Este trabalho é fruto das disciplinas cursadas no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, na linha de pesquisa “Linguagens, Memória e Produção de saberes”. Importante destacar igualmente que estamos pesquisando a questão indígena desde o ano de 2015 por meio da etnografia, em trabalho que acabou sendo interrompido por conta da pandemia da Covid-19, mas que tem continuado por meio de impulsos da instigante e oportuna netnografia.

conta a importância da história; e os historiadores também precisam levar em consideração a teoria e a tecnologia da comunicação” (BRIGGS; BURKE, 2002, p.12).

Esse contexto leva-nos também a perceber direta e indiretamente como toda mídia carrega algum tipo de difusão do conhecimento, seja de reflexão crítica ou estigmatização. Assim, destacamos alguns diálogos teóricos sobre a questão indígena, a memória e a identidade étnica que são fundamentais nesse percurso de crítica às histórias cristalizadas. Na metáfora da “Epistemologias do Sul”, em que um dos mais conhecidos expoentes é Boaventura de Sousa Santos (2010), vemos a potência do questionamento ao pensamento abissal que manifesta divisões com linhas imaginárias contrastantes. Se, antes, a linha cartográfica dividia o “Velho e o Novo Mundo”, hoje, a linha persiste de forma cognitiva e epistêmica. O movimento indígena é um dos seus símbolos, porque figura, de modo literal e simbólico, no lado supostamente mais “passivo”. Neste sentido, pensamos que a grande mídia tem sua responsabilidade no processo de fortalecimento dos estigmas referentes aos povos originários e que, por muito tempo, os recursos midiáticos invisibilizaram a luta desses povos. A partir dos impulsos do “giro decolonial”², entendemos, por um lado, que uma mídia institucional dessa natureza carrega, muitas vezes, uma narrativa histórica estereotipada por conta de sua matriz colonial, eurocêntrica e que enxerga os indígenas como passivos; e, por outro, uma mídia alternativa como aquela que tende a expor narrativas alternativas como um meio de apresentar narrativas históricas decoloniais, capazes de romper com visões hegemônicas, mostrando os indígenas como sujeitos ativos capazes de contar a sua própria história. Em alguns debates recentes, tais narrativas são apresentadas, respectivamente, com as noções de “Pequena História” e “Grande História”.³

De modo amplo, a noção de Cultura da Mídia em perspectiva no trabalho busca congrega todos esses aportes, mas com enfoque nas representações de identidades culturais, como sugere a ideia de Douglas Kellner (2001) na epígrafe do trabalho. Como a abordagem incidirá em mídias nos contextos digitais, é importante destacar alguns temas recorrentes envolvendo ambientes da

² “Giro decolonial” é um termo cunhado originalmente por Nelson Maldonado Torres em 2005. Basicamente, “significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade. A decolonialidade aparece, portanto, como o terceiro elemento da modernidade/colonialidade” (BALLESTRIN, 2013, p. 105).

³ Ressaltamos que essas noções foram usadas pela autora Juliana Schneider Medeiros (2012) em seu trabalho sobre a questão indígena. O modo como utilizamos não é, todavia, uma repetição, mas uma apropriação com ressignificação, a partir de leituras como a de Boaventura de Souza Santos (2010) e Luciana Ballestrin (2013). Mesmo que tais noções carreguem aparente dicotomia, o uso parece ser instigante como forma de reflexão sobre novas categorias e sentidos que enfrentem a complexidade das questões abordadas nesta pesquisa.

cibercultura, tais como o da “realidade virtual, da Comunicação Mediada por Computador, da internet e dos seus dispositivos, a inteligência artificial, do pós-humano e da elasticidade da vida – nos laboratórios ou no ciberespaço” (SEGATA; RIFIOTIS, 2006, p. 09). Dentre os seus muitos métodos de análise, ressaltamos a netnografia. Robert V. Kozinets (2014) aponta que a “netnografia é uma forma de etnografia adaptada as contingências específicas dos mundos sociais de hoje mediadas por computadores” (2014, p. 10). A netnografia acaba se aproximando muito da etnografia por conta da observação participante, mas também porque são “práticas intrinsecamente assimilativas” pelo fato de que absorvem abordagens que se relacionam entre si, como no caso das “entrevistas, análise do discurso, semiótica e a videografia” (KOZINETTS, 2014, p. 61).

Nesta perspectiva, destacamos como a narrativa histórica é um ponto de encontro entre todas essas dimensões abordadas. Em linhas gerais, encaramos as narrativas históricas como constituintes de um “mundo como representação”⁴ que, longe de serem pensadas simplesmente como reflexo da realidade, são tomadas como componentes que instituem essa percepção de realidade. Assim, a nossa metodologia ancora-se em distintos núcleos de análise, em que observamos narrativas que são produzidas sobre os indígenas, com os indígenas e pelos próprios indígenas. As reflexões sobre esse passado indígena têm apontado que articular debates sobre histórias nas mídias é fundamental para repensarmos outras formas de escrita da história. Deste modo, trabalharemos com a análise da netnografia que privilegia textos e imagens via capturas de telas das mídias escolhidas, buscando assim contemplar parte das suas narrativas históricas. Dito isso, nossa atenção concentra-se na mídia como um campo em que narrativas históricas estão em disputa, seja pela mídia institucional e/ou mídia alternativa. Logo, convém, então, perguntar: o que seria uma narrativa histórica? No que se refere a narrativa do conhecimento histórico, o autor Jurandir Malerba (2016) nos mostra que:

A narrativa histórica é um modo de explicação. Este debate tornou-se chave entre aqueles que enxergam as narrativas históricas como explicações protocientíficas do passado que podem ser formalizadas e analisadas; e aqueles que enfatizam o papel das narrativas para o aumento da inteligibilidade e do conhecimento da história. Uma segunda pauta em torno da narrativa concerne ao trabalho daqueles historiadores, teóricos e filósofos que sustentam que as narrativas são histórias de ação e que é a consideração da ação humana em termos narrativos que torna os

⁴ Sobre o conceito de representação, ver: CHARTIER, Roger. O mundo como representação. Estudos Avançados, [s. l], v. 5, n. 11, p. 173-191, abr. 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601>. Acesso em: 24 dez. 2020.

estudos históricos plenos de sentido e os constituem em explicações significativas do passado humano. Uma terceira área de reflexão sobre o papel da narrativa em história, sobre o realismo histórico, explora a questão de que a razão porque os historiadores constroem histórias sobre o passado é que essas histórias refletem a própria vida, as quais tem em si uma natureza de caráter narrativo. (MALERBA, 2016, p. 22-23)

Com isso, o presente trabalho pretende desenvolver algumas reflexões, tendo como objeto de estudo as narrativas históricas concernentes aos povos indígenas, em que notamos tipos de narrativas em torno do passado desses povos, problematizando permanências e mudanças de representações em cena. No desenvolvimento do texto, apresentamos, no início, um aprofundamento a respeito das mídias com uma análise de narrativas em mídia institucional, como a página oficial da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) na internet, questionando algumas noções de “Pequena História”; depois, o estudo concentra-se em destacar outras subjetividades ligadas às mídias com estudo de uma mídia alternativa, como é o site da “Mídia Índia”, notando como sua narrativa sintoniza-se com visões mais plurais em torno da “Grande História”; e, por fim, atentamos para um caso específico ao abordarmos a comunidade indígena do Amarelão, localizada no Rio Grande do Norte, para perceber outros tipos de uso das mídias por meio de “ciberativismo indígena” questionador de uma série de estigmas, em tipo de produção de saberes que ampliam noções da “Grande História”.⁵

As narrativas em mídias institucionais: notas sobre a FUNAI

Nesta primeira parte, iniciamos a discussão aprofundando uma das dimensões do debate da Cultura da Mídia. Deste modo, podemos destacar a visão de Douglas Kellner (2001). Segundo este autor, parte da cultura contemporânea da mídia fornece mecanismos de dominação ideológica que possibilitam a reiteração das formas de poder. Sabemos que a mídia tem uma forte influência sobre a formação da opinião pública, pois “ela filtra e molda realidades cotidianas, por meio de suas representações singulares e múltiplas, fornecendo critérios, referências para a condução da vida diária, para a produção e manutenção do senso comum” (SILVERSTONE, 2005, p. 20). Devemos ter em mente que a linguagem da mídia não se dá apenas pela retórica, uma vez que a persuasão está fortemente atrelada a lógica do encantamento. Dessa forma, precisamos analisar criticamente alguns

⁵ Mesmo considerando que as mídias institucionais estão muitas vezes alinhadas às narrativas tradicionais e que as mídias alternativas geralmente carregam narrativas críticas, entendemos que esses meios são repletos de disputas internas. Isso faz com que pensemos como, dentre outros aspectos, mídias institucionais podem ter narrativas críticas, bem como mídias alternativas também podem conter narrativas tradicionais. Dito isso, destacamos que procuramos focar sobretudo nos propósitos já destacados, pois ir muito além dos seus objetivos anunciados extrapolaria os limites do texto.

dos conteúdos propagados por ela, buscando questionar e problematizar as realidades fabricadas que são organizadas para fortalecer discursos hegemônicos dominantes.

Segundo Patrick Charaudeau (2006), os discursos da informação buscam construir uma realidade a partir de estratégias intencionais capazes de cativar o público e legitimar o que é “verdadeiro”. No que diz respeito a grande mídia, que mesmo não sendo aqui analisada contribui com a reflexão sobre a mídia institucional devido a semelhança entre elas do seu poder de enunciação de ditas verdades, devemos enfatizar que ela tem construído uma narrativa histórica referente aos indígenas que é, muitas vezes, pautada na ciência moderna e favorece a história oficial. Os apontamentos da Izaíra Lima e do Raoni Arraes nos ajudam a pensar sobre alguns traços de distinção da mídia tradicional em relação as mídias mais alternativas:

A grande mídia tende a apresentar recortes mais gerais da realidade – visto que busca se comunicar com o maior número de pessoas possível. Já na cobertura colaborativa na internet, quando organizada e coordenada de forma a otimizar o trabalho voluntário, é possível não apenas trazer o cidadão para o centro desse processo como também combater discursos hegemônicos perpetuados por grandes canais de comunicação. (ARRAES; LIMA, 2013, p. 11) ⁶

Trouxemos o site institucional da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) como objeto de análise dessa narrativa histórica oficial. A FUNAI foi criada a partir da Lei 5.371, de 5 de dezembro do ano de 1967. Um órgão governamental brasileiro que tem a função de coordenar as políticas indigenistas do Governo Federal. O site desta instituição apresenta uma narrativa histórica que, muito possivelmente, não foi escrita pelos indígenas, em que buscam mostrar a atuação da FUNAI, Legislações indigenistas, demarcações de territórios e usam um espaço para falar sobre “quem são” os indígenas brasileiros. O que nos chama mais atenção diz respeito ao fato de como a FUNAI apresenta os povos indígenas. A instituição apresenta textos que, em algumas das suas passagens, aproximam-se de narrativas coloniais e eurocêntricas.

⁶ Ao longo deste trabalho, sobretudo quando se aponta essa distinção das mídias alternativas em cenários de colaboração democrática na internet, também poderia-se pensar no outro lado da questão com os efeitos anti-democráticos em meio à proliferação de *Fake News* que, nesse caso, podem não ser necessariamente sobre o assunto, mas que de alguma forma o contorna. Isto, no entanto, também demandaria outro tipo de encaminhamentos na reflexão, com produção de texto específico que analisaria centralmente a problemática.

Imagem 01: Índios no Brasil/Quem são?



Fonte: Captura de tela retirada do site da FUNAI. Disponível em : <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>. Acesso em: 22 dez. 2020.

Ao fazermos uma análise da narrativa histórica presente nesta figura, de acordo com o contexto em que ela se encontra, nos deparamos com alguns símbolos estigmatizados e genéricos. Isto porque o texto contido na figura pauta-se numa visão colonial, ao cristalizar o marco “Desde 1500” do senso comum que foi difundido no imaginário social. Podemos notar que o genocídio indígena é tratado como “contingência histórica” lamentável, “porém inevitável”, mostrando os povos indígenas como passivos e facilmente dominados. A permanência desse tipo de narrativa colonial pode, inclusive, levar a interpretação da imagem da “oca” na figura apontada como algo primitivo, embora possamos pensá-la como prática de valorização de práticas indígenas. Além disso, o texto pouco aborda a forma como os povos indígenas enfrentam um sistema que desvaloriza sua cultura e suas tradições. Esse tipo de narrativa histórica costuma silenciar a resistência e a memória desses povos, obliterando as mudanças do papel dos indígenas que eles próprios acionam como sujeitos históricos capazes de escrever sua própria história.

Nessa perspectiva, Juliana Schneider Medeiros (2012) coloca em evidência a noção de “Pequena História” que nos faz refletir sobre essas narrativas históricas tradicionais que estigmatizam os grupos étnicos. Segundo esta pesquisadora:

A pequena história é a história tal como se configurou no século XIX, sob a perspectiva do positivismo. E essa história que se inicia na Europa nos princípios da modernidade, que tem suas origens na cidade e que considera relevante só aquilo que favoreceu a cultura dinâmica e urbana, ou seja, remonta a Antiguidade Clássica, por reconhecer a herança cultural desses povos deixada para a civilização ocidental, e trata a Idade Média como um período de trevas a ser esquecido. (MEDEIROS, 2012, p. 98)

Esse é um tipo de narrativa que explicita uma visão da história que também já foi bastante combatida por antropólogos e vários outros pesquisadores. Sabemos que no decorrer da História do Brasil, o indígena foi, em geral, visto de forma estereotipada. Para além de abordagens que relegam os “índios” a papel passivo na colonização, que tende a enfatizar o aspecto “dominador” das relações de contato entre os povos originários e os invasores de suas terras, determinadas leituras ajudam a desconstruir essa imagem, ampliando pensamentos. Destacamos os estudos antropológicos que tanto contribuíram com o estudo da História indígena. São contribuições imprescindíveis as pesquisas de Manuela Carneiro Cunha (2018) e John Monteiro (1995). Desse diálogo entre diferentes disciplinas, advém ferramentas cruciais que são capazes de “recuperar o papel histórico de atores nativos na formação das sociedades e culturas do continente, revertendo o quadro prevalecente” (MONTEIRO, 1995, p. 227). São referências desse tipo que instigam a olharmos para tais narrativas de outros modos.

Narrativas em mídias alternativas: releituras da Mídia Índia

Nessa parte, pretendemos desenvolver a reflexão abordando a relação entre mídia e cultura, buscando perceber os usos alternativos em torno da cultura da mídia que constroem outros tipos de subjetividades. Aqui, destacamos algumas outras concepções de Douglas Kellner (2001) sobre o assunto. Segundo o autor, a mídia também pode fornecer instrumentais capazes de revisitar identidades de outros modos, possibilitando que os sujeitos possam explicitar sua cultura e o lugar que vivem, buscando refletir criticamente sobre as produções midiáticas e culturais em cenários de contestação de todas as formas de dominação. Dessa forma, os indivíduos podem passar a usá-la a fim de fortalecer as suas identidades, trazendo inspirações para que a mídia possa ampliar-se no sentido de promover transformações culturais e sociais.

Mesmo que tenha se cristalizado no imaginário social a ideia de que a mídia tem o objetivo de deturpar a verdade, esse tipo de pensamento precisa ser complexificado e, em alguns casos, desmistificado e desconstruído. Nesta perspectiva, destacamos algumas ponderações interessantes de Dominique Wolton a respeito do discurso da mídia. Para o autor, o discurso da mídia é moldado com o intuito de produzir uma comunicação que “mistura de maneira inextricável valores, interesses, ideais e ideologias” (WOLTON, 2001, p. 28). Wolton também aponta que, “quanto mais o mundo está aberto, mais povos e culturas querem, com razão, conservar suas identidades e sua dignidade, seus passados e tradições (2001, p.20). Neste sentido, é importante destacar que os povos indígenas têm buscado se apropriar dos recursos midiáticos alternativos como forma de revisitar suas identidades, de resistir as opressões que sofrem cotidianamente e de manter sua memória e cultura. A internet tem sido, então, mais uma ferramenta na luta dos indígenas em suas histórias de resistências, reivindicação de direitos e empoderamento cultural.

Diante disso, destacamos a experiência instigante da Mídia Índia. A proposta se define como uma rede de comunicação independente que é composta por jovens indígenas de todo o Brasil que objetivam fortalecer a voz e a luta indígena nas redes sociais. O site confronta as narrativas históricas tradicionais. O site do Mídia Índia é um projeto idealizado pela Mídia Ninja, autointitulada como “rede descentralizada de mídia de esquerda”. Nele podemos encontrar várias informações referentes aos povos indígenas do Brasil, notícias sobre a covid-19 nas aldeias indígenas brasileiras, galerias de fotos mostrando a arte indígena e a rádio Mídia Índia. Esses jovens indígenas buscam desconstruir estereótipos concernentes aos povos originários.

Imagem 02: A nossa (?) pátria amada não é tão recíproca assim



Fonte: Imagem retirada do site Mídia Índia. Disponível em: <https://www.midiaindia.com/>. Acesso em: 22 dez. 2020.⁷

Neste sentido, analisemos a narrativa histórica apresentada na figura destacada, em sua combinação de texto e imagem. A imagem denuncia a ideia de que a “nossa pátria amada” não é tão recíproca como é retratada nos livros didáticos e nas grandes mídias. Os indígenas brasileiros têm os seus direitos violados cotidianamente, enfrentam um sistema que desvaloriza e menospreza suas lutas e as tradições. O texto apresentado na imagem nos mostra que a colonização não parou, ela apenas se adaptou. Também questiona que muitas pessoas tratam a “colonização e o genocídio como processos que aconteceram só durante o período de invasão do Brasil”, ressaltando que “boa parte de vocês sabem que os livros de história são eurocêntricos e etnocidas, escrito por brancos”. Apesar disso, notamos como a permanência da narrativa colonial também se faz presente de modo ou outro

⁷ Ressalta-se que essa imagem, difundida na página do site, foi originalmente postada no perfil pessoal de instagram do usuário Pércio de Pádua (@perdxy). Posteriormente, foi repostada tanto no perfil oficial da “Mídia Índia” na mesma rede social, quanto na página inicial do site. Disponível em: MÍDIA ÍNDIA OFICIAL. [Página no Instagram]. **#repost @perdxy GENOCÍDIO.** 2020. 10 de julho. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CCmT4uwn2Zp/?igshid=vp8bzmr7zy4f> Acesso em 22 dez. 2020.

no conjunto analisado, se atentarmos para a imagem do indígena em figuração selvagem. Mesmo que o foco do estudo seja notar como os indígenas usam esse espaço como forma de expor as injustiças sociais, é válido notar a pluralidade de interpretações que cada narrativa pode gerar, assim como destacar que isto também pode ser objeto de discussões entre os próprios indígenas sobre mudanças maiores ou menores em formas de representações.

A noção de “Grande História” nos ajuda a pensar sobre essas narrativas históricas que colocam os indígenas como sujeitos ativos e não apenas como objetos de estudo. Juliana Schneider Medeiros (2012) aponta que:

A Grande História é a história dos povos indígenas, dos povos tradicionais, dos operários, das massas. A *grande história* é a história do viver em comunidade, da conexão entre vida e natureza e de toda uma série de conceitos vitais que o Ocidente concretiza em termos demasiado limitados ou até exclui de sua perspectiva”. (MEDEIROS, 2012, p. 98)

Esse é um tipo de narrativa que se conecta mais amplamente com visões plurais dos povos originários. No Brasil, os estudos de Manuela Carneiro Cunha e Samuel Barbosa (2018), cabe contextualizar, apontam que “a Constituição foi um marco ao assumir os povos indígenas como portadores de formas de vida com direito ao futuro, não mais como resquícios do passado em via de extinção.” Como se “saísse de cena o índio como objeto de políticas do Estado, destinatário tutelado e sem voz da legislação, e aparecesse um sujeito de direito que politiza o debate, luta por direitos, faz passeatas, se organiza em associações” (BARBOSA; CUNHA, 2018, p. 158).

A Constituição brasileira de 1988 é basilar para esse tipo de revisitação crítica da cidadania, pois muitos compromissos éticos-morais foram firmados. Segundo sinalizam Cláudia Viscardi e Fernando Perlatto (2018), a carta assegurou “ampliação dos direitos civis e políticos aos cidadãos brasileiros, apesar da composição majoritariamente conservadora dos congressistas que a elaboravam” (2018, p. 450). No caso dos direitos dos povos indígenas, pontuado em capítulo específico, diz-se que “são reconhecidos sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-los, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (VISCARDI; PERLATTO, 2018, p. 462).

A revalorização das tradições indígenas proporcionou a retomada de costumes que só eram vistos no passado por meio dos seus ancestrais. Podemos mencionar o caso da linguagem, que vem

sendo recuperada aos poucos; os rituais, passam a serem praticados com mais intensidade, o indígena que assume sua etnia e começa a se orgulhar dela. A aceitação desta identidade indígena não é somente um mero detalhe na vida destes povos, mas uma grande vitória destes grupos que por muitos séculos sofreram para que pudessem ter seus valores reconhecidos e valorizados.

Narrativas da mídia indígena: ciberativismos no Amarelão/RN

Nessa terceira parte do trabalho, buscaremos mostrar as narrativas históricas apresentadas em mídias independentes que são organizadas por indígenas da comunidade do Amarelão no estado do Rio Grande do Norte. A referida comunidade do Amarelão, que possui cerca de 1100 habitantes organizados em 280 famílias, localiza-se na cidade de João Câmara – Rio Grande do Norte, distante aproximadamente 72,45 km da capital do estado. Conhecidos como “Mendonças” do Amarelão, os moradores desta comunidade reconhecem e buscam, efetivamente, afirmar-se como pertencentes as etnias “tapuia” e “potiguara”.

Antes de iniciarmos o debate, precisamos ressaltar o fato de que a escrita sobre o assunto, no entanto, é marcada por certos pensamentos obsoletos. Julie Cavignac (2003), em referência ao fato de que no Nordeste brasileiro “a história foi primeiramente escrita fora dos contextos acadêmicos pelas elites locais, sinaliza o empenho de tentarem apagar, a todo custo, as especificidades étnicas ao longo dos séculos” (2003, p. 2). Não por acaso, no contexto do Rio Grande do Norte, costumamos ouvir que praticamente todas as populações indígenas foram dizimadas. Jussara Guerra (2007), enquanto desenvolvia sua pesquisa especificamente na comunidade indígena do Amarelão aborda que, durante o século XX, os historiadores locais compartilhavam sobre a questão do “desaparecimento étnico”, reforçando o pensamento que prevaleceu sem tanta contestação na esfera intelectual potiguar.

Os trabalhos desenvolvidos por Julie Cavignac (2003) e Jussara Guerra (2007) são fundamentais. Suas produções acadêmicas promovem a compreensão de como se deram os processos de lutas indígenas e quais foram os motivos que os levaram a buscar assumir sua identidade, mesmo diante de uma série de concepções eurocêtricas relacionadas à cultura. São leituras que auxiliam na reflexão acerca de como os indígenas foram perdendo uma parte significativa dos seus costumes, ocasionando um enfraquecimento em sua cultura, enquanto fruto de um processo histórico em que certas “minorias” são marcadas por preconceito e redução de direitos.

Diante da luta e da forte atuação dos indígenas do RN, o Estado passa a desconstruir a ideia da não existência de indígenas no território potiguar. Possui algumas comunidades que se afirmam indígenas, com o reconhecimento da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), sendo uma de suas lutas, a busca pela preservação da memória sobre seus ancestrais. Assim, o recurso à história oral, que por muito tempo foi desvalorizada em detrimento da documentação oficial, passou a ser crucial em processos de (re)identificação das suas vozes.

Os indígenas do Amarelão se apropriaram das mídias alternativas para falarem abertamente sobre a trajetória de seu povo, mostrando uma narrativa histórica decolonial que desconstrói as narrativas que limitam o indígena a um sujeito atrasado e passivo, promovendo assim outras dinâmicas de cultura da mídia. A memória desse grupo passa a ser fortemente abordada no contexto escolar, dentro da comunidade, nos espaços públicos, no blog da comunidade, na pandemia durante as *lives* na internet, dentre vários outros espaços como forma de fortalecimento do valor das identidades étnicas, de modo que sejam vistas, debatidas, colocadas na pauta, em busca de novos olhares que rompem visões hegemônicas.

Sobre demandas coletivas de grupos historicamente silenciados, como os dos grupos indígenas, Luciana Heymann e José Arruti apresentam notas fundamentais para compreensão da luta a partir do uso da memória no contexto brasileiro. Apontam que a noção de “dever de memória”, imperativo social marcado por busca de reparação ao silêncio, à invisibilidade e ao sofrimento, convive com uma noção de “desejo de tradição”, que também ressalta novas formas de autoidentificação de lutas que visam manter vivas memórias particulares, com conquistas de espaço no discurso histórico oficial, por inclusão sem homogeneização e por representação política de direitos (HEYMANN, ARRUTI, 2012, p. 136-137).

A partir disso, trouxemos uma figura retirada do blog da Associação comunitária do Amarelão. Cabe destacar que essa Associação Comunitária do Amarelão (ACA) foi fundada no ano de 1994 por meio da Irmã Terezinha Tessele Galles juntamente com as lideranças indígenas do Amarelão. Este foi um marco, dentre outros, na luta por direitos dos povos indígenas no Rio Grande do Norte.

Imagem 03: A comunidade indígena do Amarelão



Comunidade Indígena do Amarelão

A comunidade

O nome Amarelão vem de um antigo ritual praticado pelos antepassados que cultuavam o Sol, eles subiam uma serra de madrugada e esperavam o Sol aparecer, então, desciam-na cantando e tocando as maracas (instrumento de música feito com cabaço) e se referenciavam ao Sol como "o Amarelão". A maior conexão com os antepassados indígenas está relacionada ao nome Mendonça, nome de uma das lideranças da comunidade nesse período migratório – referência por meio da qual, a família faz uso para demarcar sua diferenciação perante a sociedade. São conhecidos não como "os índios", mas como "os Mendonça do Amarelão". A comunidade indígena Amarelão, de etnia Potiguara, tronco familiar Mendonça, está localizada no Território Indígena Mendonça, tem aproximadamente 340 famílias, 1.100 pessoas.

Fonte: Imagem retirada do site da Associação Comunitária do Amarelão. Disponível em: <https://acamarelao.wordpress.com/comunidade-do-amarelao/>. Acesso em: 22 dez. 2020

O site apresenta notícias atualizadas sobre os “Mendonças” do Amarelão, abrindo espaço para apresentar a comunidade e a Associação Comunitária do Amarelão (ACA); mostra as atividades desenvolvidas pelo grupo, tais como o projeto de Artesanato ‘Motyrum Caaçu’, a cozinha comunitária, a produção da castanha de caju, a tradicional Festa da Castanha, dentre vários outros; além disso, também disponibilizam uma galeria de fotos mostrando os rituais e as festividades na comunidade.

A figura em cena carrega uma série de símbolos fundamentais para o Amarelão. Podemos ver a representação do sol e a imagem de dois indígenas em meio a um ritual em volta de uma árvore chamada Jurema. O nome da comunidade se deu por conta de uma prática que era bastante comum entre os primeiros indígenas do Amarelão. Eles subiam a serra do Torreão, faziam seu ritual em volta da Jurema Sagrada e só voltavam ao nascer do ‘ayras daram’ (amarelo grande) em referência ao ‘deus sol’. Por conta deste ritual, o nome da comunidade passou a ser “Amarelão”. O texto contido na imagem apresenta uma narrativa histórica contada pelos próprios indígenas do Amarelão, mostrando a trajetória e a luta cotidiana deste povo. Com a combinação deste texto e imagem conseguimos

perceber outros tipos de representações. A permanência da narrativa colonial, no entanto, é tão forte no imaginário que faz narrativas como estas não terem tanta circulação. Daí a importância de olharmos também para esses tipos de mídias indígenas, buscando, dentre outros aspectos, aprender com as mudanças de representações que eles acionam todo instante em suas vivências cotidianas.

Não podemos deixar de ressaltar a grande relevância do ciberativismo indígena que tem possibilitado que esses grupos passem “a fazer um uso da internet com o propósito educativo ou político de maneira a ampliar a comunicação com a sociedade não-indígena” (LIMA; VIEIRA, 2012, p. 11). A internet proporciona uma maior circulação dessas informações. Segundo André Lemos (2008), a internet criou uma revolução na história da humanidade, pois, pela primeira vez, as pessoas passaram a trocar informações de forma mais instantânea, rápida e com um alcance global. Esses mecanismos têm auxiliado no processo de empoderamento e fortalecimento da luta dos povos originários:

A presença indígena na Internet e a utilização das ferramentas da web colaboram para fortalecer práticas cidadãs, possibilitando a articulação de demandas, e potencializando uma maior representação e mobilização social dos povos. Os índios que utilizam a Internet é um tema que vem provocar o atual modelo de ciência que se pretende verdadeira, aquela que fala sobre o índio, sendo sempre uma produção de terceiros, exteriores aos povos, que tecem pesquisas e textos e interpretam sobre os povos originários. Mas, a disposição em rede de fluxo de informações horizontalizadas do ciberespaço permite que os próprios indígenas passem de mero objetos à autores dos seus próprios relatos, uma vez que são os próprios indígenas que produzem suas narrativas de caráter autoetnográfico, repassando através dos discursos a imagem que fazem de si e sobre as questões que desejam ver publicizadas na relação deles com a sociedade nacional. Isto possibilita a reflexão sobre outras formas de conhecimento e de verdades, além da valorização de saberes que antes não eram considerados importantes nas pesquisas acadêmicas. (LIMA; ARRAES, 2013, p. 2-3)

Todas essas notas fazem-nos questionar não apenas o genocídio e o etnocídio indígena, mas também o que Boaventura de Sousa (2010) chama de epistemocídio, o qual restringe tais grupos como objetos de conhecimento, não como sujeitos ativos da sua produção. Isto porque demonstra a necessidade de ampliarmos a reflexão sobre o lugar desses sujeitos como observadores e, não apenas como observados, de forma que seja possível pensar a produção de saberes que envolvem tais grupos nas suas vivências. Trata-se de uma maneira frutífera de buscar desconstruir narrativas que colocam a filosofia, a teologia e a ciência como saberes universais e, do outro lado, vários saberes distintos vistos como ineficientes pelo fato de não seguirem a cientificidade moderna.

Considerações Finais

A partir das reflexões realizadas, vemos centralmente as mídias em ambientes digitais como um campo de narrativas históricas em disputa. Segundo nossas leituras das formas de representação do passado indígena, notamos que articular debates sobre histórias nas mídias é um meio fundamental para repensarmos outras maneiras de escrita da história. Neste presente trabalho, transpassado por diálogos teóricos entre a “História da Mídia”, as “Epistemologias do Sul” e a “Cibercultura”, com foco no trabalho netnográfico, tentou-se destacar como é possível interligar um pensamento pós-abissal que confronta a monocultura da ciência moderna através da ecologia de saberes baseada no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos.

As mídias analisadas em seus respectivos contextos explicitam como determinadas narrativas oficiais e as narrativas alternativas disputam memórias, saberes e identidades a respeito desse passado entre muitas permanências e mudanças de representações ao longo do tempo. A partir daí, as noções de “Pequena História” e “Grande História” foram apropriadas como chaves de leituras primordiais na compreensão de parte significativa dos sentidos destas disputas. Nesta perspectiva, em que toda essa cultura da mídia é atravessada por muitas dinâmicas identitárias, notamos como a “Pequena História” associa-se a narrativa com traços coloniais e calcada em determinado conhecimento científico moderno que costuma localizar muitas vezes os indígenas de modo estereotipado no transcurso da história; enquanto a “Grande História” estaria mais associada a narrativa com faces decoloniais e baseada em diferentes tipos de saberes que repensam epistemologias da história, sobretudo a partir das produções dos próprios indígenas.

Com os estudos de caso realizados, fincados em algumas narrativas de mídia distintas, pudemos perceber como todas elas congregam diversas disputas de sentido nas interfaces de seus textos e imagens. Chama atenção que, se, por um lado, o site institucional da FUNAI parece ser organizado largamente por não indígenas; por outro, o site do Mídia Índia é uma plataforma que possibilita o encontro de indígenas de várias etnias do Brasil. Em meio a isso, o site organizado pelos indígenas do Amarelão merece destaque particular. Destaca-se o projeto político de desconstrução da ideia equivocada da desaparecimento total de indígenas no território potiguar. A ativa participação dos grupos étnicos nas redes aponta que estes povos vêm usando diversos meios para romper com a

representação estigmatizada de indígenas selvagens e incapazes de efetuar mudanças sociais e culturais, suscitando formas de reafirmação das suas identidades através da internet.

Retomando a leitura de Boaventura Santos, tudo isso importa para destacar como a luta por justiça social, cognitiva e epistêmica não se resume em causar descrédito do conhecimento científico, mas promover um diálogo com outros saberes, incluindo os não científicos, como o dos indígenas. Afinal, é preciso considerar “riqueza dos conhecimentos que preservou modos de vida, universos simbólicos e informações vitais para sobrevivência em ambientes hostis com base exclusivamente na tradição oral” (SANTOS, 2010, p. 58). Por isso mesmo, a decolonização dos saberes é um meio de combater injustiças sociais, buscando privilegiar as novas epistemologias que proporcionam amplos diálogos com inúmeros campos de produção de conhecimento e suas respectivas representações na sociedade.

Fontes:

ACA: Associação Comunitária do Amarelão [Blog]. **Comunidade do Amarelão**. 2020. Disponível em: <https://acamarelao.wordpress.com/comunidade-do-amarelao/> . Acesso em: 22 dez. 2020

FUNAI: Fundação Nacional do Índio [Site institucional]. **Índios no Brasil – Quem são**. 2020. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>. Acesso em: 22 dez. 2020.

MÍDIA ÍNDIA. [Site institucional]. **Início**. 2020. Disponível em: <https://www.midiaindia.com/> . Acesso em: 22 dez. 2020.

MÍDIA ÍNDIA OFICIAL. [Página no Instagram]. **#repost @perdxy GENOCÍDIO**. 2020. 10 de julho. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CCd71y5BOma/> Acesso em 22 dez. 2020.

Referências bibliográficas

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio 2013.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet**. 3. ed. Eco/ufrrj; Zahar, 2002. 432 p.

CAVIGNAC, Julie Antoinette. *A etnicidade encoberta: Índios e negros no Rio Grande do Norte*. **Mneme - Revisa de Humanidades**, Caicó, v. 4, n. 8, 2003.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 5, n. 11, p. 173-191, abr. 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601>. Acesso em: 24 dez. 2020.
- CUNHA, Manuela Carneiro; BARBOSA, Samuel (Org.). **Direitos dos povos indígenas em disputa**. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2018.
- GUERRA, Jussara Galhardo Aguirres. **Mendonças do Amarelão: Caminhos e descaminhos da identidade indígena do Rio Grande do Norte**. Recife: O autor, 2007.
- GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). **A Temática Indígena na Escola**. Brasília: Mecmari/grupo de Educação Indígena da Usp/unesco, 1995. p. 221-236.
- HEYMANN, Luciana; ARRUTI, José Mauricio. *Memória e reconhecimento: notas sobre as disputas contemporâneas pela gestão da memória na França e Brasil*. In: ROCHA, Helenice et. al (org.). **Qual o valor da história hoje?** RJ: Ed. FGV, 2012, p. 135-160.
- KELLNER, Douglas. **A Cultura da mídia**. São Paulo: Edusc, 2001.
- KOZINETTS, Robert V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014.
- LEMOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- LIMA, Izaíra Thalita da Silva; ARRAES, Raoni Lourenço de. **Índios na Rede: um estudo sobre o ciberativismo indígena nas redes sociais online**. Um estudo sobre o ciberativismo indígena nas Redes Sociais Online. 2013. Disponível em: https://netativismo.files.wordpress.com/2013/11/artigosgt3.pdf?fbclid=IwAR1Vnjc3Jq_uRogzj4Tg9BqQyNEbPN9pHDg4mOHJ4waVGy_E9l3GnMiXVao. Acesso em: 2 fev. 2014.
- LIMA, Izaíra Thalita da Silva; VIEIRA, José Glebson. *Índios Digitais: uma proposta de estudo da identidade do índio a partir dos portais índios online e indioeduca*. In: **XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2012. Fortaleza: Intercom, 2012.
- MALERBA, Jurandir. **História e narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica**. Petrópoles: Editora Vozes, 2016.
- MEDEIROS, Juliana Schneider. *Educação Escolar Indígena: a escola e os velhos no ensino da história Kaingang*. **História Hoje**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 81-102, 2012. Semestral. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/42>. Acesso em: 20 mai. 2020.
- MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. In: LOPES DA SILVA, Aracy; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Orgs.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º. e 2º. graus*. Brasília: MEC/ Mari/ Unesco, 1995.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes*. In: SANTOS, Boaventura de Souza; PAULA, Meneses Maria (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 31-83.
- SEGATA, Jean; RIFLOTIS, Theophilos (org.). **Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura**. Brasília: Aba Publicações, 2006.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a Mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 2005.

VISCARDI, Cláudia; PERLLATO, Fernando. *Cidadania no tempo presente*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. **Brasil Republicano 5: o tempo da Nova República**. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2018, p. 447-477.

WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. Brasília: EDUnB, 2001.